

Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM



Lourdes
Sprenger



Mônica
Leal



Aldacir
Oliboni



Cláudia
Araújo



Psicóloga
Tanise
Sabino



Ramiro
Rosário

009ª COSMAM 09ABR2024

Pauta: Abril Laranja – mês de prevenção contra a crueldade animal.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): (10h07min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM. A pauta de hoje é Abril Laranja – mês de prevenção contra a crueldade animal, cujo tema nós fazemos eventos há muitos anos e hoje temos esta pauta na Comissão de Saúde Meio Ambiente. Cumprimento a Ver.^a Tanise Sabino; o Ver. Jonas Reis, que está nos visitando; e quero justificar a ausência do Ver. Oliboni, que está em representação da Câmara; a Ver.^a Cláudia está com familiar no hospital muito mal e a Ver.^a Mônica deve estar chegando. Convido a compor a Mesa o Sr. Jairo Ávila, representante do gabinete do prefeito; o Sr. Paulo Costa Casa Nova, veterinário, da Secretaria Municipal de Saúde, chefe da Equipe de Vigilância de Antropozoonoses; o coronel Evaldo Rodrigues de Oliveira Júnior, da Defesa Civil; a Dra. Ana Laura Moraes, da Fundação Bichoterapia; o Sr. Milton Pithan, da ONG Mayday; o delegado Carrion, da 15ª DP – nossos parceiros; o Sr. Telmo Sampaio, coordenador de fiscalização, da SMAMUS; o Sr. José Pedro Soares Martins, veterinário, do Conselho Regional de Medicina. Então, foi a nossa programação já antecipada com esses convidados e as suas presenças.

Nós escolhemos alguns temas dentro da nossa programação: crime de maus-tratos aos animais sob a ótica da [Lei nº 14.064/2020 – Lei Sansão](#); e também a capacidade processual dos animais e da natureza, pela Ordem dos Advogados do Brasil, para tratar deste mês. O Abril Laranja é um mês que nós seguimos de acordo com as comemorações internacionais, e que chegou até o Brasil escolhendo este mês. Por que Abril Laranja? São as cores da sociedade americana que criou este mês para nós destacarmos a crueldade animal. E justamente foi criado porque... Dr. Jaime, da OAB, não estava na lista aqui, mas vocês já são os nossos convidados oficiais. Então, esse mês é justamente para chamar a atenção do que não estava sendo feito, e essa associação é de 1866, muito forte, e criou essa data, que se expandiu fora da América e chegou até nós. Nós temos por objetivo chamar a atenção da legislação, tentar diminuir tantos casos de maus-tratos, tantas denúncias que chegam até a Prefeitura. Só no ano de 2023, foram concluídas 1.788 denúncias só para o 156, fora as delegacias, que às vezes não chegam, fora as entidades que atuam direto, protetoras que atuam diretamente. Mas nem tudo está resolvido, tem muitas pendências para serem tratadas justamente de maus-tratos que envolvem várias situações, não é só o espancamento. E nós temos na legislação municipal mais de 33 itens que nós incluímos por lei com base num trabalho do Conselho Federal de Medicina Veterinária. Nós também ampliamos as multas para serem aplicadas nesses casos mais graves, porque também mexendo no bolso a gente acredita que possa diminuir tantos problemas que temos e que passam também pelos abandonos nas estradas, nas praças. Então, eu poderia elencar, ficar aqui falando meia hora só desses casos, da situação dos maus-tratos aos animais. Nós temos uma ampla programação que vai ficar na nossa rede social sobre este mês, incluindo a nossa exposição à arte contra a crueldade animal, que vai ficar exposta aqui na Câmara, que nós idealizamos e repassamos recursos. Também quero dizer do avanço que foi o senso animal. O senso animal também foi uma proposta do nosso gabinete, repassando recursos e chegamos a um número em torno de 800 mil animais, entre cães e gatos, que estão com seus tutores em Porto Alegre, fora os que não estão, que não são os domiciliares.

Bem, eu acho que para iniciarmos a nossa programação eu passo a palavra, primeiro, à Ver.^a Tanise, que é da Comissão de Saúde Meio Ambiente.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Bom dia a todos, quero saudar aqui a presidente desta Comissão, Ver.^a Lourdes Sprenger; saudar também aqui o meu colega, Ver. Jonas; em nome aqui da Mesa, saúdo o delegado Carrion, querido amigo; as pessoas, os convidados que estão aqui conosco nesta manhã. Ver.^a Lourdes, quero te parabenizar pela pauta, Abril Laranja, a senhora que sempre trata dessa pauta aqui nesta Comissão, é o seu tema também de mandato. Eu vejo o teu esforço, o teu empenho nesta causa, sempre que eu penso na causa animal, eu lembro o teu nome. Então, eu vejo o teu esforço em fazer esse trabalho. Então, esse Abril Laranja tem o objetivo de conscientizar as pessoas sobre maus-tratos e crueldade contra animais e, quando a gente pensa em maus-tratos, vai muito além da questão física. Muitas vezes, a gente vê os cães amarrados nas casas, a questão até do alimento, a questão até das consultas também. Enfim, infelizmente, a gente tem visto com muita frequência essa questão dos maus-tratos e crueldade. Hoje já tem leis nesse sentido, que preveem pena de multa e reclusão, mas, com certeza, nós precisamos também fiscalizar.

E só também para compartilhar e fazendo um *link* com a minha pauta, que é a saúde mental, a questão da crueldade com animais e maus-tratos, quando a gente vê, na infância, alguém fazendo isso, já é um sinal, já é um sintoma de um transtorno de conduta. Então, também isso é algo para a gente já perceber e avaliar quando acontece com as crianças, já é um sinal de transtorno de conduta. Então, quero te parabenizar mais uma vez, Ver.^a Lourdes, é isso aí. Obrigada.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Passo a palavra ao nosso parceiro, o delegado Carrion, para tratar de toda a problemática. Não é só fazer um boletim de ocorrência numa delegacia, tem todo o trabalho de ir ao local, de dar o flagrante, muitas vezes. E Para onde encaminhar os animais? Esse é um grande problema, pois não temos lares para todos, e temos muito pouca oferta

quando se precisa encaminhar um animal. O canil tem vagas limitadas, mas o doutor Carrion, nosso parceiro, faz um trabalho exaustivo naquela região que a gente acompanha há bastante tempo. Com a palavra o doutor Carrion, da 15ª Delegacia de Polícia, selo Amiga dos Animais.

SR. CÉSAR WILSON OLIVEIRA CARRION: Bom dia a todos. Saudando a Ver.^a Lourdes, o Ver. Jonas e a minha amiga, Ver.^a Tanise; até mando um abraço ao nosso deputado Elizandro, aproveitando o ensejo; e, em nome deles, eu homenageio todos os presentes aqui. Em função de uma causa nobre, uma causa árdua, em que todos nós estamos reunidos para um debate que todo mundo pretende que a causa animal avance e que a legislação também nos permita fazer um trabalho a contento. A gente vê que, antigamente, lá pelos idos de 1940 e 1941, na lei de contravenções penais, existia o art. 64 sobre a crueldade contra os animais. Só que a pena é de um dia, de dez dias, um mês ou multa. Tratar animal com crueldade é submetê-lo a trabalho excessivo. Eu faço essa ressalva porque, naquela época, posso dizer que os animais, na verdade, eram tratados como um objeto, coisas, e a coisa foi evoluindo, evoluindo. Aí chegamos nesse patamar agora, onde muitas pessoas consideram o seu pet como membro da família. Só que, naquela época, os animais eram coisa. Houve uma evolução depois com a lei dos crimes ambientais, uma lei de 1998, mas também ela trouxe no art. 82 onde diz: praticar ato de abuso; maus-tratos; querer mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos. Só que a pena também é de três meses a um ano. O que significa isso? Não vai acontecer nada, a pessoa vai ser chamada para uma audiência, geralmente é uma audiência conciliatória, paga uma cesta básica, alguma coisa assim, não sei se estou falando bobagem, mas é por aí, não vai dar nada. Até que houve, sim, um acréscimo em 2020, com a Lei Sansão. Porque é Lei Sansão? A Lei Sansão é uma homenagem a um cachorro pitbull que em 2020 estava dentro de uma empresa com o dono, o cachorro fugiu e atacou outros animais. O tutor daqueles animais atacados amordaçou o bicho, torturou e decepcionou duas patas. Logicamente que esse fato caiu nas redes sociais e

viralizou. Tanto que depois, em 2021, o Sansão ganhou uma prótese dos Estados Unidos, isso em 2021, e também novamente viralizou na internet. Em função disso, desse fato do Sansão, foi que os nossos congressistas começaram um trabalho e até que surgiu a Lei nº 14.064, que na verdade trouxe uma qualificadora para esse art. 32 da lei dos crimes ambientais, onde é previsto uma pena de dois a cinco anos de reclusão com relação a maus-tratos contra os animais. Só que, na época, o nosso Presidente limitou, limitou somente a cães e gatos. Isso aí se chama política criminal. Política criminal é quando alguns fatos acontecem, uma gritaria geral ou algum membro do Congresso entende que é algo grave e deve se tornar crime. Ou seja, uma conduta que hoje não é crime, através de uma política criminal, é sujeita ao Congresso Nacional, transformada em lei, sancionada pelo Presidente da República. Um exemplo é a importunação sexual, que antes não era crime. Aqueles casos, principalmente no Rio de Janeiro, onde as mulheres eram importunadas dentro do metrô, onde aqueles sem-vergonha se esfregavam nas mulheres; e acabou, hoje, a nossa legislação sendo agraciada com esse crime de importunação sexual, que realmente é bem recebido. Porque tem muitos sem-vergonha, tem muitos abusadores, que merecem estar atrás das grades.

Em Porto Alegre já, desde 2020 e 2021, a nossa delegacia, 15ª DP, uma delegacia, um mero distrito policial, fica ali na Av. Bento Gonçalves. Referência: perto do Carrefour. Nós temos o selo de Amiga dos Animais. A partir daí, com a equipe maravilhosa que eu tenho, tem umas meninas, inclusive uma é bióloga, e a gente tenta – tenta! – fazer um trabalho em defesa dos bichinhos, só que a gente encontra uma série de dificuldades. Eu já falei em outra oportunidade aqui nesta Casa, em 2022, que dentro da 9ª Vara Criminal – até eu trouxe um documento aqui – estava sendo feito, ou pelo menos desenhado, um trabalho bem bacana onde participava Poder Judiciário, Ministério Público, Prefeitura, Brigada Militar, não sei se eu esqueci alguma outra entidade, e o objetivo era criar uma rede. Tanto que a 9ª Vara Criminal, hoje, é destacada para julgar crimes também de maus-tratos contra os animais. Então, eu participei de várias reuniões, e a coisa estava evoluindo. Inclusive, no final, solicitaram que a Polícia

Civil fizesse um documento, um fluxograma, de como se investiga os crimes de maus-tratos. E a gente começou a fazer e tal, só que a coisa depois desandou; o promotor, hoje, é procurador-geral, Dr. Saltz, pessoa maravilhosa, e a coisa não evoluiu muito. Minha queixa: naquelas reuniões, como já tinha falado em outras vezes, tudo se condensaria dentro da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através do gabinete da causa animal. Mas a gente nota hoje que – me parece, não quero falar bobagem – a Prefeitura não mantém uma estrutura adequada para que a gente possa desempenhar um trabalho melhor, ou seja, muitas vezes ocorrem denúncias graves, e a gente hesita e demora um pouco a fazer. Até as pessoas acham que a gente está ali fazendo corpo mole, porque não tem estrutura. Não adianta tu ires lá, tu pegares os bichinhos em situação de maus-tratos e não ter para onde levar. Não sei se eu estou falando, daqui a pouco a Prefeitura vai falar, parece até que o canil está um pouco lotado, é um canil que fica em Viamão, não sei se é verdade isso. E a gente se vira, a gente vai se virando. Por exemplo, eu trouxe até uns exemplos aqui, eu só não vou citar o nome, o que a gente faz, até porque a gente sabe que a Prefeitura está assoberbada e, não tendo essa estrutura adequada que a gente queria que tivesse, a gente não deixa de fazer nosso trabalho, a gente lança mão de outras coisas, principalmente de ONGs. Exemplo que eu trago aqui: Após denúncia de maus-tratos, animais domésticos, a equipe dessa distrital deslocou-se até o local acompanhada da protetora – não vou dizer o nome – e de um veterinário (...).” Isso aí tudo é custeado pela ONG e, pelo que eu sei, as ONGs de proteção aos animais não recebem nenhum benefício, não recebem dinheiro, então elas vivem de doações. Então vou terminando aqui. E fomos recebidos pela flagrada que (...) E aqui, nesse caso, havia cerca de 22 animais presos em gaiolas, sem nenhum tipo de mobilidade, as gaiolas não possuíam água nem comida, eram repletas de fezes e urina, as coisas não eram limpas há meses, havia cerca de 10 animais presos em correntes curtas, alguns sem acesso... Vou resumir aqui a quantidade: havia 6 felinos... Em resumo, haviam 48 animais, a maioria de cachorros e gatos presos numa gaiolinhas bem pequenininhas. O que aconteceu? A gente não tinha para onde levar, tivemos que lançar mão dessa

ONG da Paula Lopes e, através dela, conseguimos resgatar todos animais, e foi custeado tudo, veterinários, os bichos estavam realmente precisando de cuidados veterinários, e a pessoa foi presa. Lógico que, no outro dia, na audiência de custódia, era uma senhora idosa, ela merecia porque era aquelas acumuladoras. Para ela e para família, foi a melhor coisa que aconteceu, por quê? Dali há dois dias, o filho pegou a patroa, foi lá e tirou a casa da senhora lá, passou uma patroa por cima. Eles não podiam mais com ela. A mulher acumulava tudo que era coisa, inclusive os bichos. Na cabeça dela, estava legal, estava bom, os bichinhos estavam ali, ela adorava. Então, gente, é mais ou menos isso que acontece.

Eu é eu trouxe aqui, mais ou menos, à caneta Bic, pelo menos alguma coisa que nós fizemos na lá no ano passado. O que está acontecendo também, nós não temos uma delegacia especializada quanto aos maus-tratos dos animais. Nós temos o Dema, que é de crimes ambientais, mas de maus-tratos não temos ainda. Na verdade em Porto Alegre, todos os distritos concorreriam para investigar esse tipo de delito, mas não está acontecendo, porque muitos não têm talvez o *feeling*, ou, digamos assim, diante da falta de estrutura, as pessoas acabam mandando para nós, para a 15ª DP. Só no ano passado, assim, tem muitas denúncias que não são transformadas em boletim de ocorrência, mais de 31 BOs foram averiguados em inquéritos policiais, várias orientações, no ano passado. Nós tivemos 10 pessoas presas em flagrante, 15 pessoas indiciadas, nós temos ainda quatro inquéritos policiais em andamento, e 142 animais resgatados. Isso só pela 15ª DP.

Então, novamente, deixo aqui essa crítica. A gente não faz um trabalho melhor, realmente, é por falta de estrutura. Por isso que a gente aproveita esse momento aqui maravilhoso, proporcionado pela vereadora Lourdes, até a elogio nesse sentido, e espero que evoluam e que a gente consiga, daqui há um curto período de tempo, ter uma estrutura que, de fato, a gente possa fazer um trabalho bem melhor do que a gente já faz. É isso. Bom dia a todos.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada, delegado. Registro a presença do Ver. Ramiro Rosário, membro desta comissão. Vou anunciar também outros presentes e que façam desses seus assentos a extensão da Mesa: Sra. Fabrícia Lacerda Marder, representante da Procuradoria do Município; Sr. Eduardo Maluhy, da equipe de bem-estar animal da OAB; Sr. Rafael Bochi, da Animal Cause; Sra. Cláudia Mayer Gloger, Centro Integrado de Comando de Porto Alegre – Ceic, diretoria geral de fiscalização.

Dando continuidade, vamos ouvir a OAB, a capacidade processual dos animais e da natureza, e informar o que é esse órgão que tem dentro da OAB, muitas pessoas desconhecem. Nós já nos conhecemos. O Sr. Jaime Valverdu, da Comissão Especial de Proteção e Defesa dos Direitos dos Animais, da OAB, está com a palavra. Seja bem-vindo.

SR. JAIME VALVERDU: Bom dia a todos, cumprimento todos à Mesa na pessoa da vereadora, agradeço muito a oportunidade de estarmos aqui presentes, em nome da OAB do Estado do Rio Grande do Sul. Dizer que nosso presidente Leonardo Lamachia se sente muito honrado em poder participar, porque, para nós, da OAB, é muito importante. Só para vocês terem ideia, nós temos mais de 60 comissões na OAB, no Estado do Rio Grande do Sul, e a nossa é uma das 11 que participam do projeto OAB Vai à Escola. Nós temos que mudar, pela base, vamos mudar a questão dos animais, delegado, e vamos procurar também dar estrutura para a Polícia Civil. Eu tenho irmãos na Polícia Civil que tentam fazer muito e, exatamente como o delegado falou, não têm apoio das prefeituras nem do governo do Estado, como deveria ter. Uma pena que o Ministério Público não está aqui presente, deveria estar, porque, muitas vezes, a OAB entra onde o Ministério Público também não faz a sua parte e a OAB atua. Assim como nós atuamos em Canoas, nós criamos a comissão no meu primeiro mandato, sou vice-presidente também da subseção de Canoas, criamos em 2018 a Comissão Municipal, lá havia uma lei que proíbe trânsito de carroças no município, o prefeito tinha meio ano ainda de mandato, não fez aplicar a lei, deixou para o próximo, dialogamos como a gente é orientado, sempre buscando

via diálogo, não conseguimos via diálogo, aí nós interpelamos o MP, e aí a promotora me perguntou: “O que o senhor quer que faça, doutor?” Eu disse: que aplique a lei, a senhora é a fiscal da lei. Se entrou alguma ação civil pública, hoje não tem mais carroça em Canoas, expandimos esse exemplo para Esteio, São Leopoldo, Gravataí, e o que aconteceu? Os traficantes, além de explorarem os cavalos durante o dia, de noite eles furtam e traficam. Foram todos para o litoral, estão lá, traficando. Recebemos uma denúncia que no final de trabalho, em terceiro turno, os caras estavam dando de facção no lombo dos cavalo, na frente de criança pequena, de cinco, seis anos. Mandaram para nós as imagens, nós pedimos intervenção do Ministério Público, a promotora mandou arquivar, disse que não era caso. Só para vocês terem ideia. Nós apelamos para o conselho superior do MP, foi provido por unanimidade e eles mandaram a promotora atuar. Então, foi feita alguma coisa. O nosso trabalho é significativo nesses anos, o nosso vice-presidente, Dr. Eduardo, está aqui, a Dra. Natália também, o nosso secretário Marcelo, da comissão. A gente trabalha muito, mas é muito pouco pelos animais, eles mereciam e merecem muito mais do que a gente faz. Então, se tu não preservares aqueles que não têm voz e a natureza, tu estás lesando as gerações futuras. Isso é uma questão de consciência, mas que a gente tenha esse mote, Marcelo, via OAB vai à Escola, de tentar mudar lá na base, que a criança ensine o pai a não comprar um passarinho e botar numa gaiola. Nós temos problemas aqui no Rio Grande do Sul, o delegado sabe, o corredor principal do tráfico de animais silvestres passa pelo Rio Grande do Sul – movimenta R\$ 15 bilhões por ano o tráfico de animais silvestres. O que acontece? Hoje, as facções estão migrando para o tráfico de animais silvestres porque a pena é ridícula, é pífia. O traficante – o delegado sabe disso –, quando é pego aqui no Rio Grande do Sul pela Polícia Rodoviária Federal, ele ri na cara dos policiais, porque não vai dar nada, no outro dia ele está fora, paga uma cesta básica e está fora. Por quê? Porque a legislação é muito fraca. O cara trafica, ele movimenta bilhões e tem uma pena mínima. A Lei Sansão, outro ponto que o delegado falou, ela tem que ser expandida para todos animais, não só para cães e gatos, e tem uma falha nela que falta um parágrafo, aos moldes da Lei

Maria da Penha. Colocado esse parágrafo, porque muita gente fala: “A polícia faz todo um trabalho, o juiz prende, o juiz manda soltar no outro dia.” O juiz, não é porque ele queira soltar no outro dia, a lei determina assim, não é culpa do juiz, do Judiciário. O que falta? O legislador colocar um parágrafo ali que aumente essa pena, para o indivíduo, para o marginal que faz isso, ficar no mínimo um mês na cadeia, como exemplo, e os outros não vão fazer também. Então nós temos um compromisso, Marcelo, com o nosso presidente Leonardo, de, com um deputado federal aqui do Rio Grande do Sul, levar esse tema para o Congresso Nacional e fazer essas duas modificações, ainda dentro deste ano, com isso vai facilitar o trabalho da polícia e o de todos nós também. Como a OAB nacional, a comissão nacional está enfraquecida, dizemos assim, nós, como sempre, a OAB do Estado do Rio Grande do Sul, vai ser a capitã desse projeto, e nós, se Deus quiser, vamos conseguir levar isso à frente. Eu fiz um apanhado sobre o tema específico aqui, cumprimento a todos, agradeço imensamente em nome da OAB do Estado do Rio Grande do Sul.

Os direitos dos animais e a proteção da natureza. A nossa relação com os animais, bem como nossa interação com meio ambiente, tem sido objeto de crescente preocupação e debate em nossa sociedade. No entanto, é necessário reconhecer que ainda há muito a ser feito para garantir que os direitos dos animais e da natureza sejam plenamente reconhecidos e respeitados. Cito um livro do presidente da CPDA da OAB do Rio de Janeiro, Reynaldo Velloso, que foi presidente da comissão nacional: Os Direitos dos Animais e as Novas Reflexões no Mundo Moderno. Ele foi elaborado por vários diversos autores: policiais, delegados, promotores, juízes, enfim, entre os quais o presidente Reynaldo Velloso. Esse livro oferece reflexões valiosas sobre como podemos avançar em direção a um futuro mais justo e compassivo para todas as formas de vida. Essa obra não apenas destacou os desafios enfrentados pelos animais em nossa sociedade, mas também nos convida a refletir sobre a necessidade urgente de reconhecer e proteger os direitos da natureza. Uma questão fundamental é a capacidade processual dos animais. Tradicionalmente, sistemas legais têm tratado os animais como meros objetos de propriedade, sem

considerar sua capacidade de sofrer ou de expressar preferências. No entanto, como argumentam os autores, há cada vez mais evidências científicas de que muitas espécies de animais possuem formas complexas de inteligência, consciência e sociabilidade. Eu tenho um gato que abre porta, qualquer porta ele abre, tendo a chave dentro, inteligentíssimo. Portanto, é essencial que repensemos nossa abordagem legal e reconheçamos a capacidade dos animais de serem sujeitos de direito. Nesse contexto, surge a necessidade de propostas para garantir que os animais tenham representantes legais adequados para agirem em seu nome em questões legais. Assim como os seres humanos têm o direito de serem representados por advogados em processos judiciais, os animais também devem ter esse direito assegurado. Propostas legislativas e políticas podem ser desenvolvidas para estabelecer mecanismos legais que permitam a nomeação de representantes legais para os animais, garantindo que seus interesses sejam devidamente considerados e defendidos perante a justiça. Além disso, também cabe a nós abordar a capacidade processual da natureza como um todo. Reconhecer a capacidade processual da natureza significa reconhecer que ela tem seus próprios interesses e direitos que devem ser protegidos. Essa ideia faz parte de uma abordagem mais ampla, chamada de direitos da natureza ou direitos da terra, que reconhece que os ecossistemas e os elementos naturais têm valor intrínseco e direitos que merecem a proteção legal. Países como Equador e Bolívia foram pioneiros nesse sentido ao incorporarem os direitos da natureza em suas constituições. Vejam bem, Equador e Bolívia. Esses países reconhecem que a natureza não é apenas um recurso a ser explorado, mas uma comunidade da qual fazemos parte e que devemos respeitar e proteger seus direitos para garantir nosso próprio bem-estar e das futuras gerações. Portanto, é fundamental que avancemos nesse debate de forma aberta e construtiva, buscando formas de garantir uma proteção eficaz e equitativa para os animais não humanos e para o meio ambiente como um todo. Isso requer não apenas mudanças em nossas leis e políticas, mas também uma mudança fundamental em nossa mentalidade e valores como sociedade. Eu convido a cada um de vocês a se juntarem a nós, da OAB do Estado do Rio

Grande do Sul, a CPDA – Comissão de Proteção e Defesa dos Animais. Todos podem participar, a nossa comissão é multifuncional, é multidisciplinar, participam biólogos, políticos, policiais, enfim, todos aqueles... Aí, os advogados ganham portaria como advogados, e os demais como consultores, nessa jornada em prol dos animais e dos direitos deles e da proteção da natureza. Somente juntos podemos criar um futuro mais justo, compassivo e sustentável para todas as formas de vida em nosso planeta. Ao defendermos os animais, que não tem voz, bem como a natureza, estaremos defendendo nosso futuro e das próximas gerações, como tráfico de animais silvestres. Hoje tu vê uma arara, um papagaio. Daqui a 10 anos teu filho, teu Neto não vai mais ter acesso a isso. Isso, nós temos que impedir; cada um de nós tem essa responsabilidade. Quando os políticos não agem de acordo com a lei, a gente tem que fazer eles agirem. Como é que a gente fez isso em Canoas? Notificando, documentando, depois propondo as ações competentes – são obrigados a agir. Como o delegado falou, não é favor ter um lugar onde deixar os animais, é um dever do Município, do Estado e da federação, dinheiro para isso tem, só que eles consideram o animal como um ser de segunda classe, um ser inexpressivo, e todos nós que estamos aqui certamente amamos animais e sabemos que não é assim. Os animais têm uma importância muito grande, muitas vez são muito melhores que os seres de duas pernas que andam pelo mundo, dão exemplo para nós de amor incondicional, e outras coisas mais. Então, é a nossa principal missão, nós não estamos aqui no planeta apenas para passar, para curtir a vida, enfim; estamos aqui para fazer alguma coisa de bom para o futuro e também não só pensar em nós, também pensar nas próximas gerações. Parabéns ao delegado, isso aí tem uma repercussão muito grande, tudo que a gente faz aqui repercute na eternidade. Então, a gente está fazendo pelo bem deles, isso a gente vai ter no futuro, numa próxima dimensão, não é Dra. Natália, a resposta do nosso criador, que a gente tem que preservar, tem que dar voz a quem não tem voz, isso é obrigação como ser humano; e nós vamos conseguindo; devagar, nós vamos conseguindo. Muito obrigado pela oportunidade.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada. Aproveitando que a nossa representação da Defesa Civil tem uma outra agenda, vou lhe passar a palavra para o senhor fazer as considerações.

SR. EVALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA JÚNIOR: Sra. Presidente, senhores vereadores, presentes à Mesa, público em geral, convidados, obrigado pela oportunidade. A nossa manifestação é bastante breve, momento em que a Defesa Civil, em momentos de desastre, como com frequência aconteceu no ano passado, em janeiro desse ano também, nós atuamos no resgate de alguns *pets* vamos dizer assim, sempre sob o comando do Gabinete da Causa Animal, nunca, de forma isolada, por entender que precisam de um acolhimento, de um atendimento especializado. Então, são demandas que a gente recebe, atuando em parceria com o Gabinete da Causa Animal. Nas enchentes de setembro e de novembro tivemos o apoio da Mayday, que é uma ONG, que depois vai fazer uso da palavra, que também nos ajudou nesses resgates, foram resgates bastante complexos, não é doutor Jairo, tivemos uma situação muito peculiar na região da Ilha da Pintada, onde, no evento de novembro, tivemos os acessos impedidos por terra, visto o rompimento de uma via de acesso lá, todo esse atendimento foi via embarcação; então, a equipe da causa animal, só para ilustrar, sedava os animais para gente poder transportar com tranquilidade, através das embarcações que dispúnhamos no momento, trazer para o Gasômetro, depois encaminhar ao local adequado para então dar o atendimento especializado para esses animais. É um assunto bastante sensível para nós no Município, e dentro do nosso plano de contingência a gente tem previsto lá, respeitando as atribuições de todos os órgãos que compõem essa grande equipe de atendimento, é uma atribuição que fica com o Gabinete da Causa Animal, a gente acolhe, por entender que é de lá que vem o conhecimento, é de lá que vem o conteúdo que nós temos que aprender para dar os encaminhamentos, da forma mais correta. E a gente fica sempre à disposição, apoia essas iniciativas por entender que é cada vez mais importante trabalharmos esse tema para dar o devido encaminhamento a essas questões que envolvem os *pets*, os animais

de toda a ordem, não só os *pets*, mas muitos outros, a gente viu reportagens de animais sendo exportados do Brasil, foram para África, a gente fala de bovinos, causou um problema lá, de odor inclusive, animais mortos dentro dos navios, então é uma questão bastante ampla a ser debatida e melhorada. A nossa fala é nesse sentido, estamos sempre à disposição para apoiar as iniciativas que trouxerem proteção aos animais.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada. Passo a palavra para procuradora do Município que representa o gabinete do prefeito, que faça do seu assento a extensão da Mesa.

SRA. FABRICIA LACERDA MARDER: Bom dia a todos, na verdade eu trabalho muito em parceria com o gabinete da causa animal. Do ponto de vista jurídico sempre que tem um projeto a gente apoia, só que algumas vezes faltam os projetos e a disponibilização orçamentária para isso. Eu já falei outra vez até me emocionei aqui porque eu sou amante dos bichinhos, dos animais; por isso que eu me envolvo, mas, assim, temos possibilidade de fazer termo de ajustamento com a parceria público-privada, licitações para ampliação do espaço, contratação de clínica veterinária, saídas jurídicas eu tenho, mas na verdade eu preciso ter projetos e pessoas que realmente apoiem esses projetos e disponibilizem os recursos para que eu possa efetivá-los. Atualmente, acho que o Jairo vai falar melhor, a gente tem uma questão de superlotação, de dificuldade de atendimento, mas a questão realmente não é jurídica, a questão é que para chegar no jurídico, eu preciso desses projetos anteriores, mas estou totalmente à disposição no que precisar, inclusive para fazer parceria com a Promotoria também.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada. O Sr. Paulo Antônio da Costa Casa Nova, Representando a Secretaria Municipal de Saúde, está com a palavra.

SR. PAULO ANTÔNIO DA COSTA CASA NOVA: Bom dia a todos e todas. Apesar de que a equipe de controle de zoonoses não tem uma atuação direta na questão de maus-tratos, mas a gente trabalha sempre, enquanto médico veterinário, desde sempre visando o bem-estar animal. Hoje não se pode mais falar em saúde, se nós não pensarmos em saúde única, e isso implica o bem-estar do ser humano, o bem-estar do animal e a preservação do meio ambiente. A equipe de vigilâncias em zoonoses tem uma característica já de anos de que sempre teve uma maneira diferente de trabalhar enquanto zoonose, inclusive referente às outras equipes zoonoses que atuavam pelo Brasil. Eu lembro que eu participei de um simpósio há mais de 10 anos, sobre leishmaniose visceral canina, onde o exemplo de Porto Alegre deixou pasmo todos os colegas que lá estavam, quando nós dissemos que nós não simplesmente entrávamos na casa, sacávamos animais e fazíamos eutanásia, como nós fazíamos o teste, encoleirávamos esses animais e dávamos a opção para pessoa, ou tratar esses animais ou se não houvesse condições de que o poder público faria, no caso, a eutanásia, nesses casos. Quando a gente pensa em maus-tratos, a primeira coisa que vem na cabeça da gente é uma pessoa machucando o animal, queimando, cortando, quebrando ele. Mas eu diria que o maus-tratos vai muito mais além do que isso, quando a gente vê um acumulador de cães na boa intenção, acumulando esses animais, como foi citado aqui pelo delegado, e nós, na Prefeitura, na vigilância, já tivemos a oportunidade de verificar isso também, mantendo esses animais, torno a dizer na boa intenção, mas em condições precaríssimas, muitas vezes esses animais vindo ao óbito, porque o protetor, vamos dizer assim, não tem condições de dar conta do número de animais que ele resguardou, isso é maus-tratos também. Não é proposital; não é, mas é maus-tratos também. Quando eu adquiero um animal e eu antes de trabalhar no setor público, eu tive clínica 26 anos em Porto Alegre, quando eu adquiero um animal sem ter consciência do que que é ter um animal de estimação, o tempo que ele vai durar na minha companhia, as condições que ele vai necessitar, o tempo que eu vou ter que disponibilizar para ele. Rapidamente, eu tive uma oportunidade uma vez na clínica, a pessoa chegou e disse assim: ah, eu vim lhe

consultar porque eu queria adquirir um cachorrinho para o meu filho, mas eu queria um animal que não soltasse pelo, não latisse e não incomodasse, qual é a raça que o senhor me indica? Eu disse: Estrela. Ele disse: eu não conheço essa raça. Eu disse: o cachorrinho da Estrela; que na época havia um, que dava cordinha, ele andava, virava, latia, quando cansava, desligava, botava no armário. O cara ficou brabo. Eu disse: o senhor não está adquirindo um brinquedo para o seu filho, o senhor está adquirindo um ser vivo que vai lhe depender, no mínimo, - eu tenho 42 anos de formado, quando eu me formei era 12 anos a média de vida, hoje está em 16, 18 - mas no mínimo, no mínimo 14 anos na sua companhia. Esse animal vai ficar velho, vai exigir cuidados especiais, e as pessoas muitas vezes não têm essa noção.

A gente vê que nos animais de produção conseguiu-se avançar muito nessa questão do bem-estar. Eu tenho um colega aqui, o Zé Pedro, o Conselho conseguiu avançar bastante, a gente tem, os nossos colegas, um rigor em julgar profissionais que não respeitam a ética e no que diz respeito a isso. E hoje tem uma série de exigências para transporte de animais, mesmo animais que vão para o abate, que há 15 anos atrás não se tinha – ah, vai para o abate mesmo, vai de qualquer jeito. Na parte dos pequenos animais, eu acho que a gente pode avançar muito ainda. E uma das coisas que eu vejo - e com isso eu encerro a minha participação – como uma das causas principais dos maus-tratos é a falta da posse consciente. Isso eu acho que a gente tem que pensar do ponto de vista legal e jurídico de penalizar mais aquele cidadão que adquire um animal e que não se responsabiliza. É muito fácil eu ter um gato e manter esse gato solto, fazendo o que quer e o que bem entende, adquirindo diversas doenças, muitas delas inclusive sem tratamento, pelo simples fato de não estar domiciliado. É muito simples eu ter um cachorro e soltá-lo na rua, e eu não estou falando nas populações de baixa renda, eu estou falando naquelas pessoas que têm condições, mas que têm essa ideia de que: não, meu cachorro deixa solto, ele vai sair por aí cobrindo quantas cadelas quiser, entrando em contato com outros animais, brigando, atacando pessoas, como agora a gente teve uma artista plástica em São Paulo, e se não me engano veio a óbito, inclusive, ela teve um

dos membros decepados por um *pit bull*....Está em recuperação. E aí, quem que se culpa? O cachorro? Eu posso estar enganado, eu sei que o colega trabalha mais com isso, mas eu não conheço cachorro mal, por origem. O cachorro é reflexo do dono. Eu sempre tive cães de porte na minha casa, eu tive fila brasileiro, tenho hoje boxer e pastor alemão, e qualquer criança faz o que quiser com esses animais, se eles saírem para rua, eles não agredem ninguém, porque eles tiveram o tratamento devido. Então, na verdade, quando acontece isso eu já tive a oportunidade, inclusive de testemunhar num caso de agressão de filas brasileiros, ou é por uma situação de invasão de domicílio, nesse caso, foi o caso de os ladrões adentrarem a casa, e os animais cumpriram aquilo que lhe é de direito, dentro do meu território, entrou uma pessoa estranha, e eles fizeram a função de guarda. Quando é na rua, normalmente é por maus-tratos do proprietário que não teve o cuidado suficiente, deixou esse animal ir para rua, e acontece esse tipo de coisa. Então eu acho que isso é uma das coisas que a gente tinha realmente que pensar em intensificar a pena. A pessoa que não tiver a responsabilidade sob seu animal, não manter esse animal domiciliado, e porque reflete, inclusive na saúde pública, ela tem que ser penalizada por isso, porque o animal é vítima, ele não é a causa do problema.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada, Dr. Paulo. A Sra. Cláudia Mayer Gloger, representando o Ceic, Centro Integrado de Comando de Porto Alegre, está com a palavra.

SRA. CLÁUDIA MAYER GLOGER: Bom dia, bom dia a todos, bom dia à Mesa, em nome do Ceic, venho ressaltar a importância da causa animal que a gente vem trabalhando, e a e a Câmara Municipal fazendo esse excelente trabalho que vem fazendo em busca de soluções e de encaminhamentos quanto a esse assunto. Nós, enquanto Ceic, temos o trabalho da fiscalização via videomonitoramento. Então todas as ações que a gente tem, junto ao Ceic, geralmente parte da fiscalização e também a Defesa Civil, que estava conosco até há pouco tempo e agora está no gabinete do prefeito. Mas todas as ações

que nós temos dentro do videomonitoramento, se a gente vê alguma questão de maus-tratos nessa questão dos animais, a gente faz esses encaminhamentos via fiscalização, via causa animal. Então a gente está sempre à disposição para esses trabalhos que são em prol da sociedade, em prol do bem-estar mesmo dos animais. Então agradeço; coloco o Ceic sempre à disposição de vocês no que for necessário.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada. O Sr. Telmo Sampaio, coordenador da fiscalização da SMAMUS, está com a palavra.

SR. TELMO SAMPAIO: Bom, eu vou aproveitar para talvez atualizar as pessoas com relação à fiscalização municipal, em função das mudanças que ocorreram ao longo desses últimos anos e que são mudanças que estão buscando o melhor aproveitamento da equipe, do grupo de fiscais da Prefeitura. Com a extinção da SEDA, houve uma divisão do grupo, os agentes de fiscalização foram para a SMAMUS, para a fiscalização ambiental, e a parte de técnica ficou no GCA, junto ao gabinete do prefeito. Recentemente, com a criação da DGF, a fiscalização ambiental e predial da SMAMUS se integrou com os demais grupos de fiscalização da DGF, e o trabalho tem sido apurado na DGF. Então a fiscalização hoje trabalha integrada com veterinárias do GCA, e a seriedade da causa animal é tanta que recentemente a gente recebeu frota de veículos para alocar na fiscalização por zonas, e a gente separou então duas viaturas exclusivas para a causa animal. Isso é só para demonstrar a importância que está sendo dada para o assunto, porque, seguindo a linha da criação da DGF, as viaturas teriam que estar alocadas em zonais, no atendimento por zona, mas foi aberta essa exceção na causa animal, é mantido ainda o serviço por tema, por assunto. Então isso aí é uma informação importante assim para mostrar para vocês da relevância que tem o assunto e da importância que está sendo dada no tratamento dele. O fato de as veterinárias terem se aproximado mais com a fiscalização é um ganho, e o fiscal, que poderia ficar em dúvida sobre a questão dos maus-tratos, ele tem o apoio da veterinária no momento para o

encaminhamento que tenha que ser dado. A gente recebe muito pedido da Ver.^a Lourdes, procura atender o mais rápido possível. Talvez nem sempre a gente vá conseguir de pronto tudo, porque o volume é muito grande, as denúncias entram para nós através do 156, os assuntos entram separados basicamente por cinco tipos de denúncias: maus-tratos, excesso de animais, falta de higiene, estabelecimento comercial, e animal bravo. Acho que, a princípio, o que eu teria para colocar é isso, seria uma atualização de como que a fiscalização está atuando hoje. Da primeira parte, era isso.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Aproveitando, centralizou a fiscalização da Guarda Municipal toda na SMAMUS para animais domésticos e silvestres? É isso?

SR. TELMO SAMPAIO: Não, guarda municipal não, eu represento a fiscalização.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Sim, a fiscalização que centralizou todos esses fiscais, é isso?

SR. TELMO SAMPAIO: Os agentes de fiscalização estão todos na DGF hoje.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): A DGF é da SMAMUS?

SR. TELMO SAMPAIO: Não, é da segurança.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Ah, pois é, é da segurança.

SR. TELMO SAMPAIO: Da segurança.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Aqueles fiscais...

SR. TELMO SAMPAIO: A Diretoria Geral de Fiscalização pertence à secretaria de segurança.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): A secretaria de segurança; a gente fala Guarda Municipal porque ampliou né, antes era só a Guarda, hoje é secretaria.

SR. TELMO SAMPAIO: Isso.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): São muitos os inscritos; vamos falar com a ONG Mayday, que é uma parceira, que nós tivemos a oportunidade de conhecer também, são pessoas altamente especializadas em resgates de toda ordem, é em prédio, é em água, tem o trabalho nas ilhas que vocês fizeram e que a gente acompanhou. Com a palavra o representante da Mayday.

SR. MILTON FERNANDO PITHAN: O meu boa-tarde a todos; a gente vem trabalhando há algum tempo já nessa área de resgate, e chamou atenção essa causa animal né, que até então era um pouco diferenciado para nós, que a gente é baseado mais em ajuda humanitária, mas, Porto Alegre, hoje, está bem servida com a Defesa Civil, e, por convite da causa animal, acabamos assimilando mais esta área. Como eu já sou adestrador há mais de 20 anos, trabalhei no Corpo de Bombeiros, Força Nacional, como adestrador, a gente teve muito trabalho com cães bravios. Então nós já estamos assinando um termo de cooperação com a causa animal, e sugerimos também a criação de um projeto de ressocialização, de um curso. Eu, ouvindo agora o nosso delegado, representante da OAB, eu acho que também dá para encaixar os nossos infratores aí né, como a gente tem essas questões de serviços públicos, porque não ficar lá estagiando com a gente, cuidando, tratando, esses que oferecem esses cães de violência gratuita que chamam, porque ainda tem muito Pit Bull incentivado para rinhas clandestinas, esses cães mais... E, realmente, o cão não tem culpa alguma, eles têm uma genética criada para isso, mas são gatilhos que

a gente que impõe ao animal. Por isso que eu vejo hoje criança andando a cavalo em Pit Bull e não tem problema nenhum. E eu creio que, baseado nessa Lei Sanção, dá para se criar alguma coisa para eles também, eles estarem juntos sentindo na pele o que é um animal judiado, maltratado e ter que ajudar, contribuir um pouquinho. Hoje, na reunião com a nossa vereadora, nós vamos entregar alguns projetos também no que a gente pode contribuir para essa questão da causa animal que eu vejo e acho que são, pelo último senso, quase 800 mil praticamente soltos em Porto Alegre. Na verdade, o cão fica onde se sente bem e, às vezes, ele se sente bem na rua e não em casa. E não adianta prendê-lo, que não resolve muito não, ele vai voltar para rua, que é lá que se sente bem. Às vezes, as pessoas entendem que todos eles são agressivos e não são. Como o professor disse, na rua, eles são crianças perdidas, ele corre atrás para brincar. A brincadeira dele é morder, mas não é morder com força, com violência; é o jeito dele demonstrar carinho. E quem lida com cães sabe que, às vezes, tem que deixar dar uma lambidinha na orelha, tem que deixar dar uma mastigadinha de leve, porque é a forma deles demonstrarem respeito, carinho. Muitas vezes, tu não deixando isso, tu vais contra uma noção de matilha, que é sempre demonstrar respeito ao líder.

Então, a gente pretende ensinar tudo isso ao pessoal. Só que já tem gente confundindo que nós vamos dar curso de adestradores. Já tem uma fila gigantesca querendo fazer o curso e não é; nós damos só para cão bravio, principalmente para eles não se desfazerem do cão ao primeiro instante que ele agride alguém. Seria mais essa a nossa participação. Agradeço a oportunidade.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada. Vamos falar com o nosso convidado, Dr. José Pedro Martins, do Conselho Regional de Medicina Veterinária.

SR. JOSÉ PEDRO SOARES MARTINS: Bom dia, em nome da Ver.^a Lourdes, eu cumprimento os integrantes da Mesa e o público que está participando dessa reunião. O Conselho de Medicina Veterinária tem por missão institucional a

fiscalização do exercício profissional do médico veterinário e do zootecnista. Na questão específica em relação a maus-tratos animais, nós temos observado ultimamente uma demanda muito grande de parte da sociedade, através dos canais de comunicação do Conselho, reportando a nós situações locais, ambientes onde, em tese, estariam se praticando atos que são caracterizados como maus-tratos animais. Essas situações todas são repassadas para a nossa unidade de fiscalização profissional, e os nossos fiscais vão até esses locais e fazem uma avaliação. Efetivamente, se constatada alguma condição de maus-tratos animais envolvendo médico veterinário, o Conselho instaura processo ético profissional; envolvendo pessoas que não são médicas veterinárias, o Conselho reporta para as autoridades competentes. Nós também temos constatado muita solicitação de representações do Ministério Público Estadual, através das justiças especializadas no interior do Estado, solicitando ao Conselho que se manifeste dentro dos autos do processo de forma técnica, para fazer um laudo se efetivamente aquelas situações encontradas se caracterizam como maus-tratos animais. É importante ressaltar que o Conselho Federal de Medicina Veterinária, desde 2018, tem uma resolução que define e caracteriza crueldade, abuso e maus-tratos contra animais vertebrados. Vejam, não somente com relação à *pets* e dispendo sobre a conduta de médicos veterinários e de zootecnistas. Isso o Conselho Federal fez, porque existia uma espécie de um vácuo na legislação interna nossa de fiscalização do exercício profissional, onde nós observamos que muitas vezes o profissional médico veterinário, ele tinha desconhecimento do que seria uma situação de maus-tratos animais e ainda ele desconhecia qual a postura que ele deveria adotar. Então, essa resolução disciplina, define o que são maus-tratos animais, o que são atos de crueldade contra os animais e atos de abuso contra os animais. Ela também determina que é infração ética a prática direta ou indireta de atos de crueldade, abuso e maus-tratos aos animais por médicos veterinários e zootecnistas. Considera como dever do médico veterinário manter constante atenção à possibilidade de ocorrência de crueldade, abuso e maus-tratos animais e também obriga o médico veterinário a prevenir e evitar atos de crueldade, abuso

e maus-tratos animais, obrigando também ele a fazer o registro quando fizer a constatação ou suspeita de maus-tratos. O que eu considero importante dentro dessa resolução e que a gente não tinha isso disciplinado e agora nós temos é o que são considerados, sob a ótica da medicina veterinária, atos de maus-tratos animais. A resolução elenca 29 situações onde podem ser caracterizadas as situações de maus-tratos animais. Então, o Conselho é parceiro nessas questões todas. Nós funcionamos como um órgão de consulta técnica e orientação a quem nos demanda essas atividades, e quem tiver interesse em saber de detalhes dessa resolução, ela está disponibilizada tanto no *site* do Conselho Regional, www.crmvrs.gov.br, como também no *site* do Conselho Federal, www.cfmv.gov.br. Isso aqui é um material técnico que serve de embasamento para as nossas práticas e orientações. Obrigado.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada. Mais alguém da Mesa que queira se pronunciar? Só dar o nome, por favor.

SRA. ANA LAURA MORAES: Bom dia a todos. Eu sou Ana Laura, presidente da Fundação Bichoterapia. Eu queria dizer que eu vou sair daqui hoje engrandecida pelos debates. Fiquei muito feliz também de ver a presença de alguns cãezinhos com seus tutores aqui.

Eu vou falar um pouquinho sobre a Fundação Bichoterapia, nós somos a primeira fundação do Brasil, não sei se nós somos a única, mas nós somos a primeira a fazer terapia assistida com animais resgatados, oriundos de maus-tratos. Então, nós pegamos esse cãozinho que estava numa situação de vulnerabilidade, ele passa por todo um processo de veterinário, adestramento e depois levamos eles para fazerem terapia assistida, conhecida como *pet* terapia pelas pessoas, em geriatrias, hospitais, escolas. Por que escolhemos o vira-lata? Porque ele é um dos serzinhos, de cachorros, que são os mais maltratados, abandonados, tidos como inferiores. Então a gente traz esse protagonismo para o vira-lata, que é o cãozinho tido como de segunda mão, aquele cãozinho que não sabe tanto... Estou vendo um caramelo aqui, temos um também. Temos muitos *feedbacks* de

idosos que não falavam e depois de fazerem a *pet* terapia voltaram a falar, então diminui o hormônio do estresse, aumenta o bem-estar. A gente vê isso na prática, pessoas que estavam acamadas voltando a sorrir. Então a gente vê a potência do animal, como ele é importante e como é importante valorizar esse bichinho. A fundação infelizmente não faz resgates, nós não temos uma sede própria, mas nós auxiliamos protetores, várias vezes nós resgatamos, mas temos que pagar hospedagem, e como nós vivemos de doações, fica complicado. Inclusive nós só conseguimos funcionar ainda por causa da Nota Fiscal Gaúcha, que acredito que hoje em dia está salvando muitas ONGs e entidades, e também pelas emendas da Ver.^a Lourdes. Se não fosse isso, não sei o que seria da fundação. Inclusive se alguém tiver interesse em nos procurar nas redes sociais, Fundação Bichoterapia é um trabalho gratuito, voluntário e é uma forma de conscientizar as pessoas para o bem-estar animal. Obrigada.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada. Quando tem animais, nós temos que dar preferência, porque eles também não têm muita paciência. Então eu vou passar a palavra para a nossa apoiadora da COSMAM, dos animais, Daiana Ramires, da Patinhas de Anjo, e está aí o Caramelo hoje nos prestigiando, mas também nós temos o Luke, que foi adotado, oriundo de maus-tratos e quem cuida é o Guilherme. Tem também nessa equipe o adestrador Leandro, um grande apoiador.

SRA. DAIANA RAMIRES: Sim, bom dia. Caramelo também foi um cão que eu resgatei da rua e que vivia em uma situação de maus-tratos também, hoje está aqui gordinho, a coisa mais linda. E eu acho muito importante as pessoas quererem, como vocês, fazer leis para tentar dar um bem-estar para esses animais, porque tem muitos que não acham alguém, como eu achei o Caramelo. Então eu parablenizo todos e que isso vá em frente.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): (Pausa para fotografia com o Caramelo.) O Sr. Raffael Bochi está com a palavra, antes de passar a palavra aos vereadores.

SR. RAFFAEL BOCHI: Bom dia, eu acho muito importante essa reunião. A gente acaba vendo na prática da clínica o quanto é complicada essa questão, até das ocorrências de maus-tratos. A Brigada frequentemente liga para a clínica, pede algum auxílio, algum laudo de atendimento. Houve uma ocorrência, vão levar o rapaz preso e aí aparece na clínica lá um animal, às vezes com tiro ou pedrada, como já aconteceu. E aí a gente acaba fazendo algum laudo, alguma coisa do atendimento para eles usarem no processo. E cada vez mais isso eu vejo que isso vai aumentando, vai acontecendo frequentemente. E uma das coisas que a gente percebe é que não tem realmente para onde levar. Até domingo agora, acho que o Jairo levou um para a sua casa, para hospedar para levar para o hospital público no outro dia. É uma demanda que têm necessidade de locais para que possam levar esses animais. É isso.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O trabalho que vocês complementaram, de resgate, nas Ilhas, porque não se tinha para aonde levar animais, porque o canil tem 130 vagas, no máximo.

SR. RAFFAEL BOCHI: Isso, tinha poucas vagas e também temos problema com transporte, porque a gente teve que ir de barco, a gente conseguiu um barco e fomos lá nas Ilhas e acho que resgatamos mais de 20 animais, de uma vez só. Trouxemos para o Gasômetro ali, e aí com a ambulância levamos alguns animais para a USAV, lá para a SEDA, e alguns ficaram na clínica lá um tempo, foram castrados, microchipados, depois devolvidos para os tutores.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito bem, obrigada.

SRA. LUZIANE VASCONCELOS: Meu nome é Luziane, eu sou protetora, defensora independente, eu acho que eu represento aqui a categoria que mais tem na cidade, são pessoas que se envolvem e que dispõem do tempo, dos valores para resgate, tudo. Eu conheço a Ver.^a Lourdes já há muito tempo, é a primeira legisladora eleita pela defesa da causa animal aqui em Porto Alegre, então ela é pioneira em muitas coisas, e uma das coisas que eu gostaria de destacar é que houve uma revolução, eu acredito, com o projeto idealizado pela Ver.^a Lourdes e pelo prefeito também, em parceria, porque nenhum prefeito fez até hoje a descentralização das castrações. Eu conheço o Dr. Rafael, ele é da Restinga, eu atendia muitos resgates, na Restinga, de animais com maus-tratos, animais de pessoas carentes que necessitavam de atendimento. E uma das coisas que inicia, o principal, a base, eu acho que seria, é a castração, principalmente nas periferias. Eu hoje moro na periferia, voltei para onde eu me criei, para conseguir ajudar as pessoas. Trabalho com isso, muitas vezes, nós temos que pagar o transporte até onde era, que é em Viamão, e a descentralização facilitou muito, porque aí cada pessoa carente que tem na periferia às vezes não leva o animal para castrar pela distância. Com a descentralização, facilitou muito. As pessoas querem isso, mas elas não sabem, às vezes, falta informação, orientação. Tendo uma pessoa, por exemplo, em cada região que possa trabalhar nisso, como eu, voluntário, vai fazendo a diferença em tudo, não só na parte de maus-tratos, mas também em zoonoses, como o veterinário falou. Gatos com esporotricose eu já tratei, já ajudei várias pessoas que desconhecem, é uma doença que hoje tem em muitos locais. Eu até abri uma página no Face sobre “salvem os gatos com esporotricose”. Ali eu tenho pessoas que, no lidar, não sabiam e foram contagiadas. Além disso, a leishmaniose também, como o doutor falou, é tudo, o Dr. Rafael deve ver muito isso na periferia. Eu agradeço à Ver.^a Lourdes por todas as emendas que ela destinou neste mandato dela, e creio que nós precisamos de mais pessoas no Legislativo que tenham essa sensibilidade para angariar, como a procuradora disse, são necessários valores, não adianta projetos, se não houver o financiamento que disponha, através dos legisladores, emendas que fizessem...

Eu conheço só a Ver.^a Lourdes, o valor que ela destinou, não conheço nenhum outro. Muito obrigada.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): A Sra. Roselaine Pádua, da Unidos pelos Peludinhos, está com a palavra.

SRA. ROSELAINÉ MODESTO DE PÁDUA: Bom dia a todos, nome é Roselaine, sou protetora há cinco anos, me considero um neném na causa, agora adquirindo conhecimento e ajudando os bichinhos. Faço o trabalho na minha casa, tenho vários cachorros e gatos e, na verdade, eu tenho um grupo no Sarandi/Elizabeth que cuida, que ajuda os bichinhos de rua. Juntamos tampinhas, fazemos brechós, levamos para castração no Vitória, nas clínicas credenciadas, o que foi uma grande ajuda para os animais. Com isso conseguimos esterilizar muitos bichinhos, mas uma coisa que nós não temos força, não temos poder, nós, protetores, seres mortais, é com a fiscalização. Como eu pareço uma ONG, eu recebo muitos pedidos de ajuda para animais que estão sendo maltratados, só que nós não temos voz para isso. Se eu vou ver um bichinho maltratado, eles vão simplesmente me ignorar. Se o bichinho está lá sem comida, no sol, sem água, a gente não vai ser ouvido. Então a gente podia, se a Prefeitura está assoberbada, está cheia, se não der para fazer uma parceria com a Guarda Municipal para fiscalização dos animais, então, a ajuda da Prefeitura com os protetores, dando voz aos protetores. Porque a gente está lá na periferia, a gente está lá vendo os bichos sendo maltratados, sem comida, sendo usados para procriação para venda de filhotes. A última cadela que nós recolhemos, a Elizabeth Magalga, que já é uma cachorra magra, ela estava três vezes mais magra, pele e osso. Depois nós descobrimos que ela era usada para reprodução, para tirar cria para venda. Simplesmente pelo fato de que os moradores se mudaram, e três ou quatro cachorros de raça não couberam na mudança, e tinha... Ah, esses peludos, agora me fugiu, mas...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. ROSELAINÉ MODESTO DE PÁDUA: Não, os grandões, não... O golden, o golden! E aí tinha quatro cachorros de raça, mas, como a Elizabeth estava num caso crítico, foi a única que nós conseguimos recolher, porque nós já estamos superlotados. Eu, Roselaine, estou falida, então assim, eu não consigo recolher mais bichos, o último que eu peguei eu deixei internado com uma bicheira, o Pingo, podre de bicheira, hoje também está na minha casa. Eu tenho um filho autista, que está enlouquecendo, porque autismo não pode com barulho e também tem o olfato sensível, e a minha casa está meia-boca. Meu filho está passando por dificuldades, porque eu descobri isso depois, no caminho agora dessa trajetória. Se o dono do Pingo fosse fiscalizado, ele não estaria lá na rua cheio de bicheiras; se o dono da Elizabeth fosse fiscalizado, não estaria cheia de bicheiras. Nós já conseguimos duas situações bem complicadas. Uma foi uma mulher que mantinha, ela tem casa normal, eu digo isso porque a minha casa é de fundos, mantém uma cachorrinha porte P, mantinha, presa numa corrente, um pátio o imenso, para ela não estragar as plantas dela. Nessa vez, conseguimos ajuda da fiscalização, porque eu tinha uma das minhas colegas de trabalho, a Laís, ela estava trabalhando aqui na Câmara e conseguiu o contato direto. Quando foi a fiscalização lá nessa casa, foi descoberto que a mulher mantinha um asilo clandestino. Então dá para ver a importância da fiscalização. Esses tempos também, nós fomos chamados por uma cadelinha no Jardim Itu-Sabará que estava andando com os filhotes na rua. A gente conseguiu uma ajuda da fiscalização, dessa vez também nós fomos ouvidos, e o dono mantinha 14 animais no pátio sendo maltratados. Então eu digo assim: a fiscalização tem que funcionar, só que infelizmente, quando a gente liga para a Prefeitura, tem o prazo de sete dias. Eu sei que ninguém pode sair, ó, eu liguei, pá, vai cair lá em cima, infelizmente eu sei que não pode. Por isso, seria interessante uma parceria com a Guarda Municipal, porque hoje elas estão dentro do bairro, ela poderia ir lá no lugar fazer uma avaliação da condição do bicho. Esses tempos, eu estava na rua e recebi uma ligação sobre um cachorro que tinha sido largado mal, quando eu estava na Av. Assis Brasil, quando cheguei para ver, o bicho já tinha

falecido. Então, se tiver fiscalização, eles vão lá, a gente também, como protetor, pode ajudar. Eu, inclusive, acabei de comprar um carro para eu poder fazer o meu serviço, mas assim ó: eu não tenho poder de ir lá fiscalizar e ser ouvida pelo tutor. A gente precisa de um órgão que faça isso. Podia pegar a Guarda Municipal para ir lá para dizer que o bichinho está sem água, está sem comida, está no sol, está cheio de carrapato, vai pegar a doença do carrapato. Então uma fiscalização efetiva que funcione mais tempo, com mais órgãos em parceria, em parcerias com os protetores também. E também posso falar o meu sonho principal? Um hospital público, para que os bichinhos doentes não sejam abandonados por pessoas que não têm condições.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada. Mas nós vamos falar um pouco de...

SRA. FERNANDA LEITE: Vereadora, eu gostaria de falar, porque eu estava na lista...

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Não, só um pouquinho, eu tenho ainda a OAB para falar sobre animais silvestres. Aqui tem uma ordem de inscrição, e depois nós temos o Gabinete da Causa Animal que vai fazer o encerramento aqui, e depois, estando dentro do tempo, a gente chama. Pela OAB, ainda para tratar sobre animais silvestre, o vice-presidente da comissão da OAB, Eduardo Maluhy.

SR. EDUARDO MALUHY: Vereadora e demais membros da Mesa, meu bom dia; cidadãos, bom dia; ativistas da causa, bom dia. Vereadora, eu peço permissão para não falar da causa animal, gostaria de falar sobre um tema que tem me conturbado bastante como membro da OAB, como cidadão e como um protetor também de animais. Eu e o Dr. Jaime andamos por várias cidades do Rio Grande do Sul, a gente encontra vários desafios, e eu tenho o legislador, eu tenho a situação de quem administra, que é o gestor público que tem a verba, e

eu tenho, do outro lado, os heróis, que eu digo que são os protetores. Geralmente, nós estamos sozinhos, estamos sem condição, e o animal tem fome, tem sede, tem doença, tem necessidade imediata. Para o poder público, muitas vezes, é um gasto. E aqui eu volto, e eu lembro que nós aprendemos esses meses todos, esses anos todos pelo município de Porto Alegre. Porto Alegre é um município acolhedor dos animais, quando teve a enchente que teve o regate dos voluntários, quando teve leis, quando teve conselho ajudando, a gente sempre tem entendido que a cidade é acolhedora. O último gasto que nós aprendemos, e tem que usar a lição desta Casa, porque teve verba desta Casa, que nós temos que aprender que o senso nos traz uma realidade diferente de Porto Alegre em relação aos animais, os dados nos mostram, os dados são importantes. Como membro ainda da OAB, mas mais como cidadão, o que eu peço desta Casa? Delegado Carrion, nós fomos a Santa Cruz, nós dois descobrimos que onde tem cão comunitário, o índice de violência cai. Volto nesta Casa, talvez, para a gente pensar no cão comunitário, nos cães resgatados, aonde colocar? Como tratar? O cão comunitário ou animal comunitário, seja qual for, nós temos caso recente, no Município, onde tem aparecido porcos, estão abandonando porcos, coisa que não acontecia. Então a gente fala muito de cachorro, gato, mas esquece os outros animais. Mas onde tem um animal, eu tenho diminuição de violência; eu tenho uma condição de saúde mental daquele cidadão melhor, então me traz economia de medicamento, desafoga SUS, melhora uma condição de família. Eu tenho união de família, porque o animal agrega, o animal não desagrega. Quem desagrega é o ser humano, o animal agrega. Fazendo esse comentário, eu gostaria que nós repensássemos sobre a situação do Município sobre o cachorro comunitário ou cão comunitário, e que o conselho pudesse rever para Porto Alegre a situação dos contêineres de castração. No passado, nós tínhamos a ideia – não passou pela Casa – de espalhar, porque Porto Alegre, gente, quem não anda por Porto Alegre... São muitas Porto Alegre, você tem uma Porto Alegre rural; uma Porto Alegre completamente cheia de edifícios, onde eu tenho mais animais que moradores, muitas vezes; e eu tenho uma Porto Alegre de casas pessoais, eu tenho um

Porto Alegre que são lugares para abandonar animais. Então Porto Alegre é muito grande, com vários desafios para causa animal diário, quem tem bicho sabe disso. A gente sabe onde tem a animal, o local de abandono, onde tu vais pegar gato e cachorro; a gente já sabe os terrenos; a gente já sabe os lugares; a gente já sabe os bairros. E a gente também já sabe, coletando dados, onde tem o maior índice de maus-tratos, porque tem a polícia. A delegacia, os policiais, mesmo com cobertor muito curto, a gente consegue com dados sempre fazer esse mapeamento.

É muito difícil a fiscalização, porque o gestor que está ali... Falta comida, demora para chegar, porque tem que fazer todo o pregão, toda a situação de medicamento, e isso é imediato. A gente tem que rever para a causa animal a situação da administração pública, como tratar essa agilidade. Nós fazemos as leis, mas o órgão público é muito lento na gestão, demora muito chegar para quem está na outra ponta, ou melhor, nas duas pontas que precisam: tanto o cidadão, como o gestor para fazer a aplicação imediata do recurso e utilização em prol do cidadão. Eu não vou me alongar, acabei me alongando demais, mas guardem essas ideias, pensem com carinho, pensem na volta dos contêineres de castração e vacinação nos bairros. Pensem na autorização e a permissão da lei municipal para o cachorro comunitário ou animal comunitário, a gente vai ter áreas de violência diminuída, agregamento de famílias e vamos voltar a ter vizinhos, coisa que não acontece. Eu me despeço, muito obrigado pela atenção.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada. Vou passar a palavra para a plateia, ainda tenho uma inscrição, depois, o Jairo, depois o vereador e eu encerro aqui, e tudo tem que ser feito até meio-dia. Então passo a palavra para Fernanda Leite.

SRA. FERNANDA LEITE: Bom dia a todos. Meu nome é Fernanda Leite, eu sou advogada, sou sanitarista, sou protetora há mais de 20 anos, desde criança eu resgato animais, faço todo o trabalho, minha vó me ensinou a fazer isso. E hoje eu estou aqui representando a minha classe, que são as protetoras,

representando como advogada também, porque atuo também nessa área. Primeiro, eu vim agradecer à Lourdes, por dar essa pauta aqui para a gente, porque é uma pauta muito importante; e dizer que eu gostaria muito que a vereadora estivesse com a gente, mais perto, porque hoje o que falta, pelo que vi na fala do delegado e na fala do advogado, é a união das protetoras. Coloco aqui um exemplo bem prático: fui com o dr. Rafael resgatar mais de 40 salsichinhas que eram de um canil clandestino, eu fui junto com ele, fiz toda a questão das entrevistas dos animais, doamos todos os animais e isso é união na causa animal. Hoje eu me vejo afastada do gabinete, cada vez mais, porque a gente faz planos para castração e cortam; a gente quer ajudar nas adoções, não deixam. Então hoje eu preciso de ajuda; e vocês também precisam. Não adianta a gente ficar afastado. Já trabalhei com o Pithan, na Cruz Vermelha também, então Porto Alegre é grande, mas, ao mesmo tempo, é pequena; a gente se conhece, a gente se ajuda, só que hoje eu vejo um afastamento do gabinete. E eu gostaria de ter uma aproximação. Todas as protetoras... O que a Rose falou é muito importante, não adianta ter um milhão de castrações se não tiver protetora, porque as pessoas não levam os seus animais para castrar, não levam. São poucas as pessoas que levam.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. FERNANDA LEITE: É isso aí. Então, não adianta a gente ter um monte de castrações, não adianta fazer a fiscalização se não tiver a proteção. A parceria que a gente fez com o Rafael, e, junto comigo, com a Associação Cão da Guarda, foi excelente; doamos todos os salsichinhas e inclusive fizemos casa de passagem depois. Então é preciso que a gente tenha união. Se a gente não tiver união, não vai dar certo em nada. Nada! E a gente tem exemplos práticos. Então, conto contigo, Lourdes, para a gente fazer parcerias com as protetoras. Se não, não vai dar certo.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada. Só para registrar que todos os nossos eventos são amplamente publicados em redes sociais, jornal, então eu não conhecia a colega, nunca compareceu aqui, mas seja bem-vinda. Quanto às políticas públicas do Município, quem ainda responde é o prefeito, não sou eu. Temos aqui o representante Jairo, que pode falar.

SR. JAIRO DA SILVA ÁVILA: Bom dia a todos. Bom dia à plateia. O gabinete do prefeito, junto com o Gabinete da Causa Animal, eles fazem políticas públicas para todos, junto com as protetoras. Com todos a gente faz política, principalmente dos maus-tratos, como o nosso delegado e até da Polícia Civil e da Brigada, nós estamos adequando, cada vez mais, principalmente com relação a esses cães, quando a pessoa é presa, que a fiscalização vai com as veterinárias lá do gabinete, e elas constataam... Porque tem um critério veterinário para fazer isso. Eu sou graduado em Direito e em Medicina Veterinária, então tem critérios que a gente tem que seguir para o processo andar, até o delegado então... As veterinárias fazem um excelente a serviço, dentro das possibilidades da Prefeitura de Porto Alegre. Então, está sendo feito, eu sei que a gente tem que se adequar, estamos nos adequando, principalmente com a Polícia Civil, com a Brigada Militar. A partir desse momento, o Canil Municipal está lotado, mas a gente remaneja e tenta principalmente para esses casos. Agora, Porto Alegre é enorme também, todos querem alguns serviços da Prefeitura. Então as políticas são feitas amplamente, não é só para uma região, é para toda a cidade, todo mundo quer o serviço da Prefeitura. E o Gabinete da Causa Animal tenta fazer o máximo possível, e nós estamos à disposição. E outra coisa que eu posso também adiantar é que a gente está fazendo projetos para ampliação, para ter mais vagas, só que isso também requer tempo de engenharia. Então nós estamos avançando, dentro do possível, para cada vez melhorar mais, principalmente com todos os órgãos e todas as pessoas que lutam pela causa animal. É o que o gabinete...

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada, Jairo. Eu passo a palavra ao nosso visitante, nosso colega Ver. Jonas, para as suas considerações.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Ver.^a Lourdes. Parabéns pela proposição. Um bom dia a todas e todos que estão aqui e que fazem a luta na defesa das vidas dos animais. Eu queria destacar, primeiramente, que nós aprovamos um projeto indicativo, nesta Casa, fico muito feliz, que é uma espécie de bolsa de R\$ 500 para cada protetor independente que esteja no CadÚnico. Isso para ajudar, porque elas, como a Rose e tantas outras, têm que tirar do próprio bolso; fazem artesanato às vezes, juntam tampinha, material reciclado para poder levar os animais que resgatam para castrações, alimentação, medicamentos. Então, está na mesa do prefeito. Eu peço a vocês que enviem *mails* para o Gabinete da Causa Animal, pois isso precisa ser implementado, é um pequeno valor, mas já faz um movimento. É claro que se o prefeito quiser aumentar isso, vai ser bem-vindo. Não são muitas protetoras, mas a gente tem que auxiliá-las nessa manutenção do dia a dia. E criar essa bolsa vai ser uma inovação na cidade, então vai ser bom para o prefeito. Se ele até inclusive quer ser candidato à reeleição, vai ser uma boa. Então, peçam ao Gabinete da Causa Animal que implemente esse projeto, em nome das protetoras independentes, das redes de ação comunitária que existem de salvamento, de resgate. Porque não tem hora, gente! Aí a pessoa tem que pagar um táxi *dog* para poder levar no hospital que, infelizmente, é longe, e não é 24h – isso é uma outra coisa pela qual a gente tem que lutar. E dizer que não são só os animais domésticos que sofrem maus-tratos. É uma vergonha o contrato que existe hoje de poda nesta cidade, pois essa empresa irresponsável de poda em Porto Alegre vai e corta em qualquer época do ano as árvores, acaba com os ninhos e ninguém fala nada. Ninguém fala nada, ninguém diz nada. Outra vergonha é que a Equatorial vai e faz podas, corta as copas das árvores, não vê se tem gambá ali morando, não vê se tem pássaros, não dá bola, não vê se é um lugar de pouso noturno dos pássaros, onde eles dormem; sai cortando por aí, porque eles acham que é

isso. Está acontecendo aqui irresponsabilidade com a fauna urbana. Gravíssimo. E ninguém autua. A Prefeitura tem que chamar o Gabinete da Causa Animal, a Equatorial, para fazerem um termo, porque, infelizmente, o Ministério Público, a parte que trata do meio ambiente, eu já lavei minhas mãos, porque cansei de mandar denúncias para lá. Sinceramente, corroboro aqui com a OAB quando fala, o Ministério Público está devendo muito nessa área e precisa mudar.

Por último, quero dizer que a gente já auxiliou há alguns anos e auxilia, enviando emendas para o Gabinete da Causa Animal, para auxiliar nas castrações. Este ano foram R\$ 80 mil. Isso ajuda, e eu acho que a gente tem que cobrar dos vereadores, peço a ajuda de vocês. Se cada vereador mandar R\$ 80 mil, nós vamos ter um conjunto de dinheiro mais expressivo. A Prefeitura de Porto Alegre duplicou, no primeiro ano, o valor para asfalto e triplicou agora, neste orçamento, mas não fez isso na causa animal. Então, é uma questão de escolha: asfalto, que dá voto? Olha, eu acho que alguém tem que olhar com seriedade, e, felizmente, eu sei da luta de muitas pessoas que estão aqui nesta sala, inclusive a tua, Lourdes; eu reconheço. Agora, a Prefeitura de Porto Alegre, do Sebastião Melo, poderia investir muito mais dinheiro na causa animal. Os R\$ 70 milhões que deram de isenção para a Fraport, uma empresa alemã, que não pagou o IPTU, R\$ 70 milhões. Imaginem o que nós faríamos com R\$ 70 milhões em castrações, em bolsas para quem é protetor? Então, gente, quero dizer para vocês que a política é feita de escolhas, e nós, que escolhemos defender os indefesos, temos que pressionar o poder público. Mandem *e-mail* para os vereadores, cobrem. Este ano tem emenda de novo, tem eleição, mas tem emenda, todos que estão aqui dentro têm emenda. Mandem *e-mails*, cobrem, vão com as ONGs de vocês, batam de porta em porta. Tem que ter contribuição de emenda para a causa animal, não pode ficar em dois, três. Acho que fomos só eu e tu, não é? Tu colocaste a totalidade das tuas emendas, e eu mandei R\$ 80 mil. E aí? São 36 vereadores.

E, por fim, quero dizer o seguinte: os maus-tratos, a gente não vê, mas a gente sabe. Então, denunciem aos órgãos, denunciem e pressionem, porque isso vai criando um novo senso comum. O senso comum que existe atualmente é: “O

animal é meu, eu faço o que quiser”. Nós temos que transformar isso. Vai levar anos, não é uma coisa de fácil solução, mas vocês estão emanados nesta luta, nós estamos juntos com o nosso mandato, contem sempre conosco. Obrigado.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Obrigada, vereador. Algumas considerações: sobre os cães comunitários, que foram mencionados aqui, nós temos dois aqui que vieram na pandemia. Eles estão microchipados, esterilizados, são mascotes, mas não se pode ocupar mais espaço aqui, porque existem várias administrações, cada ano muda. Minha única preocupação a respeito dos cães comunitários é que, conforme o local onde eles estejam, estão vulneráveis a todo tipo de maus-tratos: esfaqueamentos, queimaduras. É o caso da Glória ali, do Teresópolis também, que retiraram o cão comunitário, o esfaquearam a duas quadras do local. São vários casos que nem sempre são bem aceitos por aquelas pessoas que passam na madrugada. Acho que os cães comunitários devem ficar em locais que ofereçam uma certa proteção, como alguma empresa, não ficando ao relento somente, mas sim numa casinha.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Pois é, se as pessoas cuidam, se têm consciência do local, ajuda.

Sobre a lei das carroças: é muito importante essa retirada também em Canoas. Todos que acompanharam nossa luta desde 2004, aprovaram a lei em 2008 e a implantação terminou em 2016. Ainda existe alguma outra carroça, mas a fiscalização é muito eficiente quando eles fazem *blitz*. Então, precisa denunciar onde se viu a carroça, porque quem circula naquele dia e horário pode retornar. Há uma cabanha já arrendada desde 2002, onde tem veterinários e para onde são levados os cavalos que são retirados, às vezes pastando numa cerca, soltos, ou mesmo alguma carroça que venha da periferia ou de municípios vizinhos.

Nota Fiscal Gaúcha: realmente, foi implantada em 2017, eu estava nessa secretaria no Estado e fiz parte da operacionalização. Começamos com 15

entidades e hoje é gratificante ver que temos mais de 110 entidades participantes. O valor varia a cada quadrimestre, de R\$ 3 mil a R\$ 15 mil. Isso é uma ajuda importante para as entidades, principalmente as do interior, para fazer o controle populacional.

Carga viva: em Porto Alegre, esse movimento não chegou com ênfase, mas no Centro do País ele é muito intenso, do fórum nacional contra a carga viva. Aquele navio que alguém mencionou aqui, que não pôde chegar ao local, tinha que fazer outra rota, e os animais ficaram em alto mar morrendo, em condições precárias. Isso tudo é muito chocante, mas é uma luta muito grande, porque nós temos pessoas muito influentes em São Paulo que não conseguiram evitar a prática da carga viva, que, para alguns, é mais bem pago mandar o animal vivo.

Orçamento: o orçamento do Gabinete da Causa Animal é apresentado aqui na Câmara todos os anos para nós aprovarmos. Olhando toda a passagem de anos, desde 2002, este foi o maior orçamento da história de um gabinete para a causa animal, mais de R\$ 6 milhões. Ele aparece embutido no valor total do gabinete do prefeito, mas esse é o valor para a causa animal. Como o Jonas falou, temos direito a R\$ 650 mil só para a saúde, os outros R\$ 650 mil nós passamos diretamente para a causa animal todos os anos, porque é uma questão de consciência, pois, se veio dessa causa, nós temos que fazer esse auxílio. Inclusive, saiu o senso animal com nossos recursos, saiu a campanha em ônibus, saiu a promoção das coleiras para leishmaniose, além de muitas outras ações que passaram pela Secretaria de Vigilância Sanitária. As clínicas conveniadas, que felizmente têm sido bem aceitas, complementam o número de castrações que são feitas na unidade de saúde veterinária da Lomba do Pinheiro, que é da Prefeitura, mas está terceirizada. Nós queremos chegar a 100 mil castrações. Imagina se não tivesse? Às vezes, as pessoas dizem que não adianta castração, mas como? Com 100 mil castrações, deixaram de nascer mais de 3 milhões de animais, e é isso o que a gente quer. Hoje, temos um total de 800 mil animais, entre domiciliados, os que moram na rua, e os semidomiciliados, que dormem nas casas das pessoas e depois ficam circulando pelos locais, e que nós também auxiliamos.

Portanto, são muitas ações que não dá tempo de falar aqui, mesmo porque já está finalizando. Eu quero agradecer a todos que estiveram aqui, às autoridades, representantes de ONGs, e dizer que estamos à disposição. Todos os nossos materiais constam nas nossas redes sociais, constam no nosso WhatsApp e também no telefone do gabinete. E quero agradecer muito aos parceiros que a gente não esquece nunca como é importante a ajuda de vocês. Muito obrigada. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h55min.)

TEXTO SEM REVISÃO